

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Wolmir Ângelo Dall’Agnol

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:
REPERCUSSÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL

Porto Alegre

2012

Wolmir Ângelo Dall’Agnol

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:
REPERCUSSÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. José Manuel Marcolino

Porto Alegre

2012

Wolmir Ângelo Dall’Agnol

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:
REPERCUSSÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em XX de (colocar mês) de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Lilian Weber

Professor Ariel Behr

DEDICATÓRIA

A Deus por tudo que me proporciona na vida.

À minha mãe e meu pai, os quais amo muito, pelo exemplo de vida e família.

A minha esposa e meus filhos por tudo o que me ajudaram até hoje.

AGRADECIMENTOS

Num momento tão especial em que realizo mais um sonho em minha vida, não posso deixar de agradecer em primeiro lugar a Deus, pois entre tantas realizações que ele já me proporcionou, não seria diferente neste momento; aos meus pais que me deram a vida e me passaram os valores de ser humano para conviver em sociedade, a minha Esposa esta companheira fiel a quem devo grande parte de minhas conquistas na caminhada da vida, e aos meus filhos por me darem apoio compreensão e força.

RESUMO

Educação de qualidade é aquela que contribui com a formação do cidadão e permite transformar a sua realidade para cumprir com o seu papel na sociedade em que está inserido, perante os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Ao falar sobre financiamento da educação no Brasil, faz-se necessário destacar que o regramento existente hoje no trato com a educação é fruto de um processo histórico e lento baseado em decretos, acordos, reformas e leis que objetivam destinar recursos a educação. Com o encerramento do autoritarismo pelo Regime Militar, a nova ordem aprovou a Constituição de 1988 que determina a responsabilidade de cada esfera de governo com a educação, bem como afirma no artigo 205 que a educação é um direito de todos e que os responsáveis em assegurá-la é o Estado e a família. Mediante a responsabilidade do Estado brasileiro com a educação básica, através do financiamento, grandes avanços nos municípios podem ser destacados, como o acesso à educação básica a todas as classes sociais, valorização do magistério e melhorias significativas na infraestrutura escolar.

Palavras-chave: Educação. Financiamento. Valorização. Responsabilidade. Comprometimento Escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	10
1.1. PERSPECTIVAS HISTÓRICAS	10
1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ATO DE EXPERIÊNCIA.....	13
1.3. EDUCAÇÃO POPULAR, UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL E NECESSÁRIA	15
1.4. PAULO FREIRE UMA CONTRIBUIÇÃO DE LUXO NA CONSTRUÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DO MUNICÍPIO	17
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2.1 RECURSOS	21
2.2 CRONOGRAMA	21
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL.....	22
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	27

INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho é a questão do financiamento escolar dentro da estrutura de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil e a repercussão que essa questão pode trazer para os municípios. A palavra financiamento é utilizada no trabalho com a finalidade de demonstrar as atribuições que são delimitadas aos gestores municipais em distribuir suas verbas assim como saber as reais necessidades de investimentos. Financiar segundo o dicionário Aurélio (2010, p.259) significa:

“v.t. Fornecer dinheiro, fundos, capitais; custear as despesas, a compra de alguma coisa.”

Os conceitos que foram desenvolvidos nessa pesquisa dizem respeito aos problemas enfrentados pelos gestores quanto a distribuição de verbas que segue a legislação em 3 esferas administrativas:

- A 1ª, Federal, responsável pela organização do sistema, representado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) autarquia ligada ao MEC(Ministério da Educação);
- A 2ª, Estadual, responsável diretamente pela educação de Ensino Médio e representada pela SEDUC (Secretaria Estadual de Educação);
- Por fim a 3ª, Municipal, responsável pela Educação Básica e representada pela Secretaria Municipal de Educação de Itatiba do Sul;

A temática proposta trabalhará especificamente a 3ª esfera e suas atribuições procurando demonstrar de forma geral e abrangente a distribuição desse financiamento educacional proposto pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O Financiamento acontece a partir de recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino, promovidas pelo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) com vigência encerrada no ano de 2006, pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos profissionais da Educação) com validade até o ano 2020 e do Salário Educação, composto de contribuição social de empresas e destinados ao financiamento de programas e projetos educacionais para os estados e municípios.

Segundo o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) uma parcela da receita pública fica destinada

especificamente ao ensino fundamental que corresponde do 1º ano até 9º ano/ 4ª série a 8ª série, através de recursos oriundos de impostos aplicados pelos municípios e estados a vigente proposta vem se mantendo desde 1996 pela Emenda Constitucional nº 14 e teve duração de 10 anos quando entrou em vigor o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que consiste a atender toda a educação básica, da creche ao ensino médio sendo um importante compromisso da União com a educação aumentando os investimentos em até dez vezes e trabalhando uma visão sistêmica, pois, tratasse do financiamento de todas as etapas da educação básica e reservando recursos para programas direcionados a EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Os recursos são distribuídos levando-se em consideração o desenvolvimento social e econômico de cada região, quando o valor fica inferior o decretado por lei a União complementa esses valores, ficando claro que o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tem como principal objetivo a promoção e a distribuição dos valores entre os estados e municípios.

Precisamos a partir de então analisarmos os critérios de investimentos e a real necessidade de acréscimos legais em valores pré destinados a educação, já que a destinação é feita de acordo com o número de alunos da educação básica baseados em dados do censo escolar do ano anterior. As receitas que resultam de arrecadação de impostos ficam pré definidas da seguinte maneira: 18% é a parcela do governo Federal e 25% cabe aos estados e municípios. O acompanhamento e o controle sobre a distribuição dessas verbas e principalmente a transparência nas transações são feitas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e CGU(Controladoria Geral da União), e nos estados e municípios acompanhadas por conselho específico, CACS (Conselho de acompanhamento e Controle Social) para os recursos do FUNDEB, órgãos públicos como TCE (Tribunal de Contas do Estado) e Câmara de Vereadores do próprio município como órgão fiscalizador e aprovador das contas públicas do executivo municipal. A melhor forma de amenizar a falta de recursos e muitas vezes a má distribuição não fica somente a critérios de acompanhamento ou fiscalização, precisamos preparar nossos gestores de forma a capacitá-los frequentemente para que as mudanças na educação e principalmente na rede social que o abrange não seja um meio, mas sim uma finalidade onde a escola esteja preparada a receber nossos alunos que são oriundos de meios comunitários muitas vezes desprovidos de preparação para organizar uma inserção desse mesmo jovem em uma sociedade que exige cada vez mais deles a partir de uma educação de qualidade.

Cabe a nós a análise e aceitação das formas de recursos e a destinação adequada dos mesmos em nossa comunidade escolar baseando-se em um controle social de gestão onde esteja aplicada a questão política e financeira sempre previamente definidas pelas consultas populares dos locais de onde veem e voltarão esses jovens após a passagem pelo vínculo escolar. Cabe aos munícipes organizarem os avanços e as melhorias para que a verbalização seja realmente aceita.

Considerando que a discussão sobre financiamento da educação no Brasil exige necessariamente que se posicione sobre, no mínimo, três aspectos: a necessidade de mais recursos para a educação, política de inclusão social e oferta de políticas públicas que vem de encontro com as necessidades dos munícipes, torna-se necessário, então, discutir o financiamento da educação básica e a relação com a oferta de escolas preparadas.

O presente trabalho tem a intenção de examinar as fragilidades das políticas de financiamento da educação básica no Brasil, as quais acabaram por afetar diretamente os municípios dependentes de tais recursos resultando em grandes dificuldades na implementação de programas educacionais destinados a Educação Básica.

É possível, a partir daí, reconhecer na história da educação brasileira o percurso constrangedor que a mesma teve neste país e entender o porquê que a nossa economia, nossa sociedade, e o progresso deste país ficaram tão comprometidos diante da falta de uma educação de qualidade, suscitando mecanismos legais que sirvam de base para compreender e verificar que o valor mínimo estipulado como lei para ser gasto no Brasil em educação (25%) é consideravelmente baixo para que uma educação de qualidade aconteça e ocorra uma mudança social.

Para ficar mais claro o trabalho seguirá uma linha de raciocínio e análise onde tentaremos chegar a uma solução específica de bons investimentos com resultados positivos na educação com os recursos, iniciaremos com um debate histórico da educação no Brasil passaremos para uma contextualização do município de Itatiba do Sul que servirá como exemplo para análises e finalizando trabalharemos com a educação popular como possibilidade de construção de uma melhor educação.

1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

A temática proposta por sua natureza específica possibilita recortes em uma perspectiva histórica. Tomando como referência os instrumentos jurídicos legais que orientam esta matéria, considerando que a garantia constitucional de recursos financeiros para a educação pública em nossa trajetória republicana não tem sido uma regra predominantemente e que o financiamento público da educação assume conotação mais relevante principalmente a partir da década de 1980, dada sua figuração como fator determinante da crise da educação. Neste trabalho priorizaremos o financiamento da educação no atual quadro da reforma do Estado brasileiro o que mostra que, para termos um país onde as pessoas tenham dignidade e progridam é preciso investir mais em educação.

Pode-se afirmar que a função histórica da educação tem sido predominantemente a de reforçar o poder dominante, pois segundo Soares (2000, p. 450) explica que:

“... a forma com que a organização escolar assume os conteúdos por ela transmitidos estão intrinsecamente ligados à correlação de forças sociais nascidas da disputa pela hegemonia. A configuração da escola atual é sem dúvida resultado de uma proposta da burguesia. É essa classe social que detém a hegemonia sobre a sociedade. Porém isso não quer dizer que foram excluídos de uma vez por todas, as aspirações democráticas relacionadas aos movimentos populares. Ao contrário, justamente para exercer a direção política da sociedade, a classe burguesa é obrigada a fazer concessões e reivindicações do movimento operário.”

Sabe-se que ao longo da história da humanidade, a luta dos trabalhadores se constituiu em permanente busca de participação nos diferentes âmbitos da sociedade, numa constante disputa com os setores dominantes pela possibilidade de intervenção, pela ocupação dos espaços decisórios.

Historicamente um dos sustentáculos para a exclusão dos trabalhadores, da qualidade de sujeitos, foi e continua sendo a Educação. A falta de preparação, de formação, de cultura, de educação, foram apresentadas como justificativas para que não tivessem o direito à participação e à interferência nos processos decisórios, mesmo aqueles que dizem respeito direta ou indiretamente a própria vida.

Sabendo que toda periodização é arbitrária porque parte de uma visão pessoal, carregada de intencionalidades, fruto de uma interpretação individual, abordamos a temática a partir da legislação sobre financiamento de educação básica em vigor. Nesse sentido, estaremos discutindo alguns aspectos referentes ao conteúdo das mudanças implementadas na

política de financiamento da educação e apontando algumas críticas desenvolvidas por estudiosos do assunto bem como fazendo um resgate da história de mobilizações sociais pela busca de direitos do povo também na educação.

É preciso compreender que dentro de conjunturas diferenciadas a educação pode servir a interesses diferentes. A este respeito pode-se trazer as reflexões de Brandão (1985, p.15).

“A educação que existe na lógica e nas armadilhas da agência do poder arbitrário, existe de muitos modos na consciência e na prática das pessoas. Se ela existe dentro de aparelhos pedagógicos da opressão, pode existir também no trabalho pedagógico de quem imagina a realidade de outro mundo social e crê que a educação é um instrumento a mais, necessário no trabalho político de construção desse mundo.”

Necessitamos dessa abordagem para que consigamos entender o porquê dos limites em financiamento da educação. Um problema sério e que apesar de todas as mudanças acontecidas não é resolvido, e infelizmente é preciso explicar sempre aos órgãos federados superiores: Por que se gasta mais que a legislação prevê, 25%? E é possível fazer educação com este valor?

A partir dessa breve construção da história da educação no Brasil, podemos observar o quanto foi criado de leis, e de planos, e nunca se chegou ao ideal que é construir uma educação de qualidade na prática criando subsídios que façam a diferença.

Contudo, essas explicações não chegam a se constituir numa indicação clara da política de educação à que as leis e planos criados para nortear a educação brasileira querem servir.

A educação básica no Brasil ganhou contornos bastante complexos nos anos posteriores a Constituição Federal de 1988 e, sobretudo após a Emenda Constitucional nº14, de 27 de setembro de 1996, a Lei nº9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº9424, de 24 de dezembro do mesmo ano, que criou o FUNDEF ((Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério).

A partir das mudanças ocorridas na legislação educacional, com vistas à garantia de manutenção da educação pública, através do estabelecimento das atribuições dos entes federados no desenvolvimento do ensino e da descentralização do sistema tributário, como mecanismo de financiamento da educação, observamos como a questão dos recursos financeiros para a educação ganhou grande destaque, tornando-se assunto de interesse crescente por parte de estudiosos e formuladores de políticas.

Embora no tocante a alguns aspectos a nova LDB 9495/96 (Lei de Diretrizes e Bases) representa um progresso com relação às leis anteriores que o Brasil já teve para adequar a educação, nem de longe se aproxima do ideal de uma lei de diretrizes e bases da educação nacional, que venha com o intuito de fazer da educação um modelo para que o próprio país tenha progresso. Pois quem não sabe que a educação é aspecto fundamental numa nação que deseja melhorar os aspectos sociais e financeiros investidos na educação de seu povo?

Segundo Azanha, J.M.P. (p.89)

“O estabelecimento de um plano de educação implica, predominantemente, a definição de uma política educacional (...) Nesses termos, um plano de educação se define como um conjunto de medidas de natureza técnicas, administrativas e financeiras – a serem executadas num certo prazo – selecionadas e escalonadas a partir de uma política educacional. Esse conceito de plano tem a sua principal vantagem no fato de pôr em relevo o que é realmente imprescindível: a definição de uma política educacional.”

Na apresentação do primeiro anteprojeto, cujos substitutivos deram origem à Lei nº4024/61. Após 35 anos de muita experiência e discussão, afinal, aprendemos pouco e continuamos a pensar em uma lei nacional com cacoetes regimentais.

Quando a idéia da necessidade de um plano nacional de educação estabelecido por lei, não houve alteração nessa crença. Agora, porém, já existe um plano nacional de educação, aprovado por lei, trata-se no fundo de um extenso arrolamento de diretrizes e providências com implicações para a União, Estados, Municípios e para o próprio Distrito Federal. O conceito de plano permanece como se fosse a racionalização completa da ação governamental. Porém continua a preocupação distributiva dos recursos públicos destinados à educação. Seria prematuro, e por isso ocioso qualquer esforço de ajuizamento dos efeitos desses novos textos legais na ordenação e melhoria da educação brasileira.

Porém é necessário fazer uma análise de alguns aspectos da educação brasileira fazendo um apanhado sobre o financiamento da educação no Brasil. Uma análise que não seja muito profunda, mas que procura compreender que o Brasil, sempre teve uma educação voltada para as classes dominantes, e que por mais que sejam feitas leis e diretrizes que permeiam a educação, nunca se alçou o desejado. Mas sabe por quê? Segundo Gadotti, (1990. P. 11)

“A burguesia sempre pensou uma escola para si, desconsiderando por completo o direito de todos a uma educação de qualidade. O descaso com que a questão é tratada é fruto de uma falta de vontade política, descompromisso histórico com os direitos fundamentais das classes populares e, sobretudo grande insensibilidade pedagógica por parte dos órgãos competentes. Então, percebe-se claramente que a história da educação brasileira é uma história de fracassos programados.”

Então considerando que a discussão sobre financiamento da educação no Brasil exige necessariamente que se posicione sobre, no mínimo, três aspectos: a necessidade de mais recursos para a educação, a política de inclusão social e a política de qualificação da educação torna-se necessária discutir o financiamento da educação básica a partir do contexto em que cada município está inserido, em nossa análise utilizamos dados do município de Itatiba do Sul - RS o qual por dois mandatos fui gestor administrativo.

Na lógica que organiza os fundos públicos e a contribuição considerável que é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) hoje para o referido município, bem como que se possa refletir que educação se faz quando tomamos consciência de sua importância para o progresso de uma nação, ou de um determinado lugar e seu povo.

Sabe-se que a educação é uma área de pesquisa muito complexa e requer que as pesquisas neste campo tenham um certo rigor, que seja teórica e de um comportamento ético e político. Reafirma-se, também, que é uma política pública de extrema responsabilidade do estado e imprescindível para um projeto de nação livre e soberana, conforme prevê a Constituição Federal: a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Então nos questionamos se a educação é um direito de todos, porque depois de tamanha trajetória de construção de leis e planos educacionais tem ainda tantos analfabetos no Brasil? Segundo estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) “A pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), divulgada pelo instituto referido acima, mostra uma taxa de analfabetos de 9,6% no Brasil mesmo depois de tantas mudanças.

É preciso reduzir a taxa de analfabetismo para zero, e para isso mais uma vez afirmo, só se consegue investindo em educação, e fazendo planos e leis de inclusão social.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ATO DE EXPERIÊNCIA

Neste momento me desafio a descrever resultados da educação em Itatiba do Sul, antes do ano de 2001 até o ano de 2008, ora investigado. Vários foram os avanços obtidos com recursos escassos neste período, na formação de professores, implementação da Educação de Jovens e Adultos, Hoje temos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e muitos estão redescobrando a nova face da sociedade e dando um novo horizonte a suas vidas. Sendo que

até pouco tempo atrás os alunos itatibenses não tinham transporte que passava pelas suas casas para chegar até a escola nem no ensino fundamental, nem no médio. Hoje os alunos são recolhidos em suas casas, e muitos voltaram a estudar e estão tendo uma perspectiva de vida.

A partir de uma média estabelecida nos 2 mandados tivemos uma crescente de quase 200% no efetivo de alunos que retomarão seus estudos pelo incentivo que obtiveram com o transporte escolar e com as melhorias feitas nas ruas de acesso as escolas.

Quero salientar também que todo o ano Itatiba extrapolava o orçamento em educação, porém pensamos que para progredir é preciso investir, e investir requer que retiremos dinheiro de um lugar para colocarmos em outro, no caso de uma secretaria para outra, uma vez que temos de estar cientes de nossas prioridades enquanto governo.

No início do ano de 2001 Itatiba do Sul mantinha um total em investimento de 27,67% da receita destinada em educação, ao final do mandato em 2007 tínhamos investido 0.64% somente a mais da receita inicial e mantínhamos um número muito maior em melhorias e qualificação envolvendo a educação para com os municípios.

Destacamos muito em nosso trabalho a vinda de recursos para a educação do governo federal e que é de suma importância ao nosso município que mesmo pequeno e sem muito retorno de impostos dentro do próprio município, fizemos uma administração relevante no que tange educação, graças a recursos estes do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e que não é apenas a aplicação de recursos, mas o modo de incluir as pessoas da sociedade na participação destes recursos que fazem com que aconteça uma educação diferenciada.

O município de Itatiba do Sul possui características peculiares que talvez tenham contribuído para que esse processo de democratização do poder, que busca combinar democracia representativa com democracia direta fosse consolidado. Podemos notar que a população demonstrou na época grande desejo de tomar conhecimento da realidade financeira e orçamentária do município, discutir valores, levantar propostas, enfim, exercer a condição de cidadania, que antes da administração Popular não era viabilizada aos municípios.

É nessa perspectiva que a educação teve um papel fundamental em Itatiba do Sul. Antes da administração Popular a educação estava fechada enquanto escola. Hoje avançou e se percebe que a realidade chegou até a escola e a escola até ela, seja nos conteúdos, encontros de formação, encontros comunitários, e aplicações de recursos oriundos das outras instâncias. Outra prioridade foi pensar uma articulação entre as secretarias do município com a secretaria de educação que tem constituído esse processo e ressaltarmos essa importância aos envolvidos nas secretarias.

Diretamente fica associado à grande massa que em oito anos obteve seu diploma de curso superior oriundos de incentivo e melhorias associados à qualificação e a busca de uma melhor qualidade de vida, em 2000 eram três pessoas cursando nível superior, no final do mandato era um total de 32 pessoas com diploma concluso e mais 19 em processo de conclusão.

Esse investimento se refletiu de imediato na qualidade de vida de cada cidadão e da própria comunidade que tiveram novos profissionais inseridos na comunidade melhorando a qualidade de vida não só econômica, mas também educacional e com a saúde.

Com todos esses avanços podemos perceber que houve uma queda significativa no número de pessoas analfabetas no município, a taxa que em 2000 era de 11.64% de analfabetos teve uma queda de 2.5% ao final de 2007 e com grande proporções de continuar diminuindo.

Nesse sentido podemos indagar; a possibilidade de a escola tornar-se um espaço gerador e articulador de políticas públicas, fortalecendo seu poder de intervenção sobre a realidade e contribuindo com a reafirmação do processo político local.

1.3 EDUCAÇÃO POPULAR, UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL E NECESSÁRIA

A educação popular surge como uma proposta que, ao conjugar a dimensão política à pedagógica, busca romper com as amarras estruturais deterministas, atrevido-se a pensar que são possíveis outras formas de construir a História transformando as estruturas opressoras, sobretudo as que se sobrepõem ao humano.

Mejía (1993, p.142), ao discutir o que denomina de “percepção de potencialidades para a transformação”, aponta para importantes elementos da gênese da educação popular.

“A educação popular vem descobrindo essas potencialidades para transformá-las, evitando o círculo vicioso de reproduzir a economia da miséria, para levá-las mais além, no sentido de construir vida com sentido.”

É a partir dessas considerações que é possível entender que a educação popular apresenta-se como uma alternativa de transformação, capaz de produzir conhecimento a serviço da libertação dos oprimidos, desencadeando processos teórico-práticos de criação e recriação coletiva.

Diante disso surgem indagações: em que medida é possível fazer educação popular na rede pública, ou a ela só pode realizar-se no espaço da informalidade, no interior dos

movimentos, na prática político–pedagógica fora do âmbito do sistema de Ensino? Que componentes pedagógicos poderão ser encontrados nas experiências educacionais já desenvolvidas, no espaço formal, não formal, informal e que poderão referenciar a educação que queremos construir privilegiando os que sempre foram desprivilegiados?

Nessa perspectiva, a escola a serviço das classes menos favorecidas da sociedade, precisa forjar ao mesmo tempo a teoria da transformação social e a formação dos atores aptos a vivenciarem o processo revolucionário, buscando consolidar a emancipação humana e a hegemonia das classes menos favorecidas. O processo coletivo da busca dessas condições de existência humana precisa garantir, entre outros interesses, a autonomia dos sujeitos sobre a qual construirá o conceito de conscientização.

Até aqui foram analisados alguns aspectos caracterizadores da educação brasileira. Ao longo deste trabalho buscou-se compreender o contexto da sociedade e suas implicações nos processos educacionais. Verificou-se que uma de suas tarefas tem sido despolitizar a educação transformando-a em mercadoria a ser comprada por poucos e oferecida para poucos. Também se procurou entender a história da educação, para compreender que a educação sempre foi construída para favorecer a classe dominante, excluindo a educação dos menos favorecidos com o intuito de que é preciso ter mão de obra barata, mesmo com todas as leis, feitas e refeitas com o intuito de mostrar para a sociedade que nossos governantes tinham preocupação em levar a educação para todas as classes, e mostraram-se relevantes com o financiamento da mesma. Porém, nesse campo percebeu-se que a escola tem sido historicamente reprodutora da ideologia dominante. Por outro lado, contudo, observou-se que nas brechas, em diferentes contextos, há movimentos e práticas pedagógicas que se contrapõem ao modelo neoliberal, individualista, reprodutor, manipulador.

A partir disto foi elencada a investigação da possibilidade de a escola tornar-se um espaço de articulação e formulação de políticas públicas com condições necessárias, para que aconteça esse processo, empregando um pouco mais dos valores que a legalidade prevê.

Dito isto, situando minha trajetória de vida como administrador e pesquisando através da realidade de meu município, pretendo apontar componentes que perpassem pelas minhas próprias experiências, que é possível fazer educação de outra forma.

Construir uma sociedade que supere os limites da desigualdade social exige coragem e implica no desejo utópico, entrelaçando da ação de sujeitos históricos comprometidos, que vão tecendo esperanças no seu cotidiano, tendo como horizonte a percepção e novas possibilidades, mesmo inseridas em velhas estruturas. Acredita-se que a junção e a análise crítica dessas experiências político-pedagógicas gerarão uma nova práxis histórica, fruto de

quem, ao ler o mundo, não o concebe como estatístico determinado e por isso em vez de simplesmente se adaptar a ele, coloca-se na contramão do instituído, obstruindo e projetando, novas ações.

Nessa dimensão é que proponho que ainda é possível mudar o mundo, fazendo educação de forma includente, utilizando de forma a bem administrar os recursos públicos, favorecendo os menos favorecidos, dando voz e vez, e trabalhando de forma a proporcionar as lideranças deste trabalho que são os professores um reconhecimento financeiro melhorado, investindo na capacidade dos cidadãos de transformarem este mundo, pois como já afirmei: “não existe progresso de uma nação sem educação”; começando pelo município de Itatiba do Sul, um pedacinho do Brasil, mas que servirá de modelo aos restantes. E para fazer esse trabalho é preciso envolver todos os segmentos sociais, mostrando que todos são importantes, todos temos que nos disporá troca de experiências, pois não são apenas os conteúdos científicos capazes de tornar cidadãos melhores ou piores, mas a violência em comunidade, a busca e o querer saber do próximo. E nem por isso é preciso gastar muito mais do que já está em Lei para se fazer uma educação de sucesso, basta acender no povo a chama da integração.

1.4 PAULO FREIRE UMA CONTRIBUIÇÃO DE LUXO NA CONSTRUÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DO MUNICÍPIO.

Quando acreditamos nas pessoas e acreditamos que é a partir das realizações sociais que podemos constituir uma sociedade melhor menos rígida, menos autoritária e mais participativa estamos de acordo com os preceitos seguidos pela educação popular de Paulo Freire, que defende a educação como meio e não como fim. Para Freire a em algum lugar escondido nas entre linhas da educação um mundo possível, sem injustiça, sem discriminações, sem preconceitos onde negros e brancos possuem o mesmo lugar no espaço.

A Educação Popular acredita na transmissão da educação, acreditasse que não podemos guardar nada escondido como meio de nos tornarmos melhores ou piores dos que os outros, a educação é como uma receita de bolo, que não precisa estar escrita para ser feita, basta que busquemos dentro das expectativas dos outros aquilo que realmente eles esperam a cerca da construção de seus conhecimentos.

Quando foi exilado Paulo Freire pode fazer uma análise muito mais crítica do que estava passando pelo Brasil, foi durante o exílio que entendeu a importância da Educação Popular, foi neste período também que pode dar suas contribuições mais plausíveis possíveis sobre o testemunho fiel de que o ser humano não pode se distinguir pela educação. Em 1964

fez clandestinamente a abertura do I Seminário de Educação Brasileira, por telefone, escondido, mas deixou claro que desde então o Brasil já necessitava de mudança.

A educação popular é a busca pela socialização daquilo que temos e daquilo que podemos ter nada do que é a parte pode ficar sem preenchimento. O caminho social de qualquer população deve estar associado a questão educacional, ao que realmente estamos deixando de riqueza e poder aos que continuarão, e são as crianças que sem distinção precisam entender a importância da educação, são elas que crescerão e continuarão a caminhada.

Mesmo sabendo que a educação popular se baseia em uma educação continuada e tem como princípios educar sem idade e sem distinção é na Educação para Jovens e Adultos que encontramos o fundamento que Freire tanto queria, é a partir de melhorarmos aquilo que já temos que continuaremos a fazer o todo crescer. Precisamos lembrar das condições sociais que fazem o ser humano escolherem abrir ou fechar algumas portas, que muitas vezes nossos alunos vem sim para escola somente para comer a merenda e que muitos fazem desta merenda a sua principal refeição diária.

Sendo assim vemos os seguidores da educação popular comprometidos com a causa da mudança, não só na melhoria da qualidade da merenda, mas na qualificação profissional, com pessoas preparadas e responsáveis com os compromissos que assumirão, com meio de transporte e a qualidade das vias utilizadas pelos estudantes, na melhoria dos livros escolares e nos encaminhamentos para assistencialismo ou pelo menos mais uns dez itens associados de forma direta a melhoria da educação.

Estar a frente de educarmos baseando-se em matérias soltas e sem fundamentação, estarmos a frente de ensinar a máquinas estarmos a frente de querer e não poder, a educação deve seguir a linha de transdisciplinariedade, deve fazer parte do currículo escolar de uma criança por exemplo, saber se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis, de saber ler e escrever corretamente, de conhecer matemática muito mais a frente de somente saber explicá-la, trabalhar transdisciplinarmente é estar a frente, é saber sem que se espero uma pergunta.

Precisamos de uma escola cidadã como diria Paulo Freire de uma escola que se ensine a viver neste mundo capitalista de pessoas com discursos socialistas, mas que não abrem mão do luxo e esquecem que antes do discurso necessitamos da prática, de pessoas otimistas que acreditam na construção de um mundo melhor.

Por fim a educação precisa ser vista de forma produtiva e não meramente como transmissão do conhecimento, precisamos de educadores voltados a defesa da educação

libertadora como meio democrático como meio social. Precisamos nos comprometer com a emancipação humana ficando assim impossível separar a ciência dos interesses humanos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao longo deste trabalho busquei compreender até que ponto a proposta educacional em Itatiba do Sul incorpora os ideários princípios da educação popular e quais possibilidades de esta experiência se transformar em políticas públicas. Procurei investigar se é possível articular e construir políticas públicas envolvendo a comunidade como um todo onde todos sentem-se sujeitos capazes de dar sua colaboração dando as mãos para a administração e construindo uma nova faze da história em Itatiba do Sul, e que isso ao dar certo seja copiado por outros lugares.

A experiência aqui desenvolvida, para ser compreendida em seus fundamentos, requer um olhar sobre o contexto das práticas e reflexões educacionais desenvolvidas no município nos últimos anos, e para isso foram feitos alguns paralelos do que já foi mudado em educação no município de Itatiba do Sul.

A crítica à sociedade capitalista que tenho feito ao longo deste trabalho, pelas investidas frustradas de financiamento educacional, feito as ao longo da história da educação, a forma como a educação era conduzida até então em nosso município, me fizeram ter um olhar diferente para a mesma, e questionar:

Por que tantos países mais pobres que o Brasil, alguns exterminados por guerras, tiveram uma recuperação rápida, e são melhores em cultura e financeiramente que o nosso?

Acreditei que é pelo fato de que outros governos querem um povo sábio, com capacidade de se defender, e investem em educação muito mais que no nosso país. Nós não tivemos a mesma sorte, pois educação neste país sempre foi construída para classes dominantes. E se não me falha a memória a bem pouco tempo só conseguia cursar escola quem realmente tivesse condições financeiras, por um motivo bem claro, deveria aprender pra saber mandar, ter status e adquirir poder.

Então minha proposta enquanto gestor público foi:

Desenvolver no município de Itatiba do Sul, uma proposta de educação popular, onde se aplica em educação mais que 25% que é o nosso caso, para que se reflita de forma diferenciada a condução da educação neste município. Pois conforme Pistrak, "... é preciso passar do ensino à educação, dos programas aos planos de vida..." (2000, p.11)

Propus que continuemos investindo:

- No transporte escolar;
- EJA (Educação de Jovens e Adultos);
- Formação mensal para professores;

E que por fim continuemos buscando junto à comunidade através do orçamento participativo, a direção para a solução dos problemas da educação e a valorização da cultura, pois acredito que este lugar só terá progresso quando o povo for realmente sujeito da história de Itatiba do Sul.

2.1 RECURSOS

Os recursos utilizados para implantação desta proposta, foram:

- Recursos humanos;
- Recursos materiais;
- Recursos financeiros;
- Recursos institucionais;

Dentro dos recursos humanos delimitamos os membros da secretaria da educação, professores, motoristas, funcionários, pais e alunos; nos materiais delimitamos estruturas físicas como as escolas, carros e centros comunitários das comunidades, para os recursos financeiros conforme prevê a LDB (Lei de Diretrizes de Base) pelo artigo 68 – os recursos originários de receita de impostos, receitas de transferências constitucionais, receita de salário educação, receita de incentivos fiscais, entre outros previstos em lei. Dentro dos recursos institucionais reveremos uma proposta que levará em conta o CEPO (Centro de educação popular), que implantou no município quando trabalhou com projetos de temas geradores.

2.2 CRONOGRAMA

Este trabalho teve uma duração de oito anos, iniciou em 2001 e terminou em 2009 período em que fui gestor administrativo do município, cabe salientar aqui que não foi um trabalho feito a curto prazo, pois em primeira mão foi preciso mudar certas atitudes que o povo estava acostumado, principalmente os educadores que já estavam trabalhando a mais tempo, e que nos ofereceram resistência.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item trataremos de fazer uma análise do levantamento histórico de Itatiba do que era para o que passou a ser não esquecendo que daremos ênfase a questão da educação e a importância de um correto investimento financeiro para o crescimento educacional e pessoal de um município.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL

Itatiba do Sul (abundância de pedra ou pedra branca) elevada à categoria de distrito pela Lei Municipal 122 de 23 de novembro de 1951. Criado o município de Aratiba, Itatiba fez parte do território desmembrado, porém, a 12 de fevereiro de 1959, pela Lei nº 3710, o Distrito foi anexado ao município de Erechim, após plebiscito realizado no ano anterior.

Criado o município em 19 de dezembro de 1964, pela Lei nº4867, foi desmembrado de Erechim, com o nome de Itatiba do Sul. Itatiba do Sul (abundância de pedra ou pedra branca). 1916 – Chegada dos primeiros imigrantes à localidade de Derrubadas.

É a data mais remota da história de Itatiba. 1923 – chegada dos primeiros imigrantes à cabeceira do Lajeado da Pedra, onde hoje é a cidade de Itatiba do Sul. 1934 – chegada dos últimos imigrantes poloneses. 1941 – chegada dos primeiros comerciantes. 1951 – É criado o distrito de Itatiba. 1959 – Itatiba volta a pertencer a Erechim. 1964 – è criado o município de Itatiba do Sul. Anexasse ao nome Itatiba o topônimo “do Sul”. Itatiba compõe-se de dois radicais, ambos provenientes do Tupi-guarani: Ita – pedra, Tiba – coleção. Isso porque o rio da pedras tem origem exatamente na cidade, indo desaguar no Rio Uruguai. Antes da colonização de imigrantes essa terras pertenciam exclusivamente aos índios.

Hoje nosso município conta com 5.094 habitantes (dados cedidos pelo IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatísticas), a maioria residente na área rural (67%) com a economia essencialmente agrícola-agrária (milho, feijão, soja, trigo, fumo, suínos, bovinocultura de leite, aves) baseado na agricultura Familiar (produção braçal), o município conta com algumas micro-indústrias de móveis e fábricas de cachaças.

Temos a salientar que apesar de tantas dificuldades a administração popular se empenhou em mudar a realidade desse município, em todas as áreas; saúde, educação, agricultura e obras proporcionando à população a melhoria das vias públicas para oportunizar a retirada dos produtos do município da lavoura com transporte próprio.

Voltando ao que nos interessa a educação, ganhou muito com todas essas inovações entre ela o transporte escolar em todas as comunidades do município, oportunizando gratuitamente para todos os alunos do ensino fundamental e médio incluindo superior sua ida a escola sem custo nenhum. Implantamos a Educação de Jovens e Adultos de Ensino fundamental, através de uma parceria com a CELER – Faculdades, trouxemos um curso de graduação a distância, oportunizando aos munícipes a formação na área de Pedagogia e agora continua a oportunizar o ensino superior com um novo curso de tecnologia em Gestão Ambiental, a fim de conterem o êxodo rural que se abate em todos os pequenos municípios.

Procurei salientar neste trabalho a diferença do hoje com o ontem, mostrando que é possível fazer educação dentre outras questões da esfera administrativa, com pouco recurso. Claro que a administração usa sempre um pouco mais que a legislação prevê. Mas podemos dizer que fica dentro dos parâmetros que a lei de responsabilidade fiscal exige.

Dentro da análise dos dados citados anteriormente podemos definir como ações de cunho imediato dentro do transporte escolar uma melhoria específica nas estradas do interior oportunizando não só o deslocamento escolar como também a escoação dos produtos agrícolas de forma mais rápida e segura, não sendo só as ruas necessárias, 15% do orçamento foi destinado para melhorias em transporte como compra e manutenção dos carros utilizados para transportar os alunos.

No item EJA (Educação de Jovens e Adultos) investimos não só em capital como em preparação dos professores visto nossos alunos serem pessoas de mais idade e de muito pouco estudo oriundos de pais sem formação e com pouca cultura que tinham muito desejo de aprender a escrever seus nomes para poderem abrir contas em banco e no comércio popular como ouvimos na época. O investimento se expandiu na compra de materiais entre eles livros didáticos e materiais de apoio pedagógico, chegando a 20% da receita mensal nos primeiros meses. Além da contratação de professores e monitores para o serviço. Em uma última parceria com o estado instalamos na escola a educação de Jovens e Adultos para o Ensino Médio viabilizando em todas as áreas de necessidade que esse projeto saísse do papel, trazendo a oportunidade dos jovens a cursarem uma faculdade para orgulho de seus pais que até então nunca haviam tido essa vez.

Investimos em formação mensal com nossos professores, onde eram feitas paradas para reflexões do trabalho pedagógico, troca de experiências e uma busca conjunta para a solução de problemas de evasão escolar, dificuldade de aprendizagem e exclusão social, entre eles. Pois era a partir desse encontro que os professores se empenhavam em convidar os pais, para a roda do chimarrão pós formação pedagógica, discutindo os problemas da comunidade

escolar onde são colhidas idéias e busca de apoio para a solução dos problemas crônicos que se arrastavam na educação.

Investimos muito em educação sempre pensando na melhor forma de qualificarmos não só os profissionais e os alunos como também a mão de obra que partiu da nossa rede de ensino. Entre as várias formas de investimentos já citadas anteriormente nosso município contou muito com o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tanto para pagamento de profissionais do Plano de Carreira, e a manutenção de Ensino Fundamental. Não fosse essa ajuda do Governo Federal seria caótica a nossa situação ou, não poderia se fazer educação da forma como se fez. Manter o transporte escolar, a merenda de qualidade e o pagamento em dia dos profissionais da área. Mesmo que se faça educação popular em nosso município, mas como não tivemos retorno financeiro significativo ao nosso município, uma vez que não há de onde, apenas da agricultura, então contamos tenazmente com os recursos do Governo Federal. E é claro não é o suficiente para que se gaste somente os 25% instituídos pela legalidade.

Não deixamos passar a combinação de fazer pedagógico de modo a elaborar uma Pedagogia que forme e cultive memória, valores, significados, saberes, fazeres, conhecimento que enraíze sem necessidade fixar as pessoas neste único contexto, mas que fortaleça a identidade dos sujeitos e da coletividade, na formação de uma consciência política, a que seja capaz de resistir e incluir a todos que estiverem dispostos a lutar por um mundo melhor e melhorar o local onde vivemos e fazer de Itatiba do Sul, cada vez mais um lugar bom de viver porque aqui há de se viver com dignidade.

CONCLUSÕES

A crítica á sociedade capitalista e ao sistema educacional levam a pensar num outro projeto de sociedade e de educação que aponte alternativas para uma educação que empobrece as classes populares. A perspectiva da educação popular tem uma clara intenção de contribuir para a construção de uma nova ordem social, como metodologia diferenciada, e o proposto de uma utopia libertadora aos setores subalternos da sociedade, convocados a uma efetiva participação.

Como nos diz Pistrak que a escola que não tem seu fim, em si mesma, mas na classe trabalhadora, precisa estar a serviço da revolução social, e seu papel é exatamente o de mostrar a natureza da luta das classes.

Para Freire não existe neutralidade em educação, ou ela é instrumento de manutenção da ordem social ou é ferramenta de transformação. Quanto à última, é necessário entender que se estabelece numa relação democrático que empodera os sujeitos envolvidos.

Talvez seja por isso que a classe dominante neste país sempre procurou fazer os planos e as leis que regem a educação, voltados para a própria classe. Pois é sabido de todos que muitos alunos até hoje vão à escola e são excluídos dos bancos escolares, ou por causa da forma de avaliação, ou porque tem que trabalhar vendendo a mão de obra, mas sabe-se que isto é caso dos desprivilegiados do poder econômico.

Buscar a autonomia dos sujeitos é primordial para a educação que queremos construir. É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia precisa reconhecer e potencializar as experiências estimuladoras de tomadas de decisão, construindo-se coletivamente, em que um esteja para todos (poder público) e todos para um (a sociedade), onde o exercício da cidadania ativa, da democracia, da solidariedade, da amorosidade, do respeito mútuo, de uma forma de avaliação de valorização do ser mais do que o ter, e da cooperação estejam presentes.

Neste desafio, educação é muito mais do que escola, que secretaria de educação e até mesmo do que poder público, pois ela está impregnada em tudo e nesta perspectiva a classe trabalhadora também fica privilegiada a ser educada e educar-se. É a partir desta perspectiva que ocorre o progresso social e econômico de um povo e de um lugar. A respeito disso Pistrak ensina:

“... é preciso passar do ensino à educação, dos programas aos planos de vida...” (2000, p.11)

Nesse sentido, a educação enquanto processo coletivo de construção de uma outra cultura assume a condução do processo, afinal como afirma Paulo Freire (1987),

“... a educação sozinha não transforma o mundo, mas sem ela o mundo não se transformará.”

É nesta perspectiva que o poder público de Itatiba do Sul, baseado no texto da CF (Constituição Federal), em que; Educação é direito de todos os cidadãos e cidadãs enfatizando principalmente a situação daqueles que ao longo da história tiveram esse direito negado, não conseguido sequer entrar na escola ou que foram excluídos por ela, sente-se responsável por ações de inclusão social mesmo que para isso tenha que usar um valor maior do orçamento para a educação, em programas e acesso aos municípios itatibense. E pode-se dizer que tudo isto não é utopia, esse sonho impulsionador da educação e da escola que queremos construir é também um projeto de desenvolvimento sócio-econômico sustentável, possível e necessário para a maioria da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Coleção polêmicas de nosso tempo n° 27. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

GADOTTI, Moacir. Uma só escola para todos. Petrópolis: Vozes, 1990.

AMARAL, N. C. “**O financiamento da educação nos LDBs: uma grande retórica?**” In: TOSCHI, M. S. e FALEIRO, M. de O. L. (orgs) A LDB do Estado de Goiás Lei n° 26-98: ANÁLISES E PERSPECTIVAS. Goiania: Alternativa, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino**. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público. Belo Horizonte, julho 1994.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ROMNELLI, Otaiza Oliveira. **História da educação no Brasil**. 7ª Ed, Petrópolis: Vozes, 1985.

LEGISLAÇÃO

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n° 9394 de 20 de dez. 1996**.

BRASIL, **Lei FUNDEB, n° 11.494 de 20 de jun. 2007**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, Brasília, 1996**.

_____. **Lei 9424-96, de 24 de dezembro de 1996 (Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério)**.

_____. Lei 9394-96, 20 de dezembro de 1996 (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**).

_____. Emenda Constitucional 14, de 12 de setembro de 1996 (**Introduz inovações no financiamento da educação**).

_____. Decreto Federal 2264, de 27 de junho de 1997 (**define a composição do conselho federal do FUNDEF, os cálculos e prazos da complementação federal**).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRZEZINSKI, I (org) **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1998.

DAVIES, N. O. **FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta**. Campinas – SP: Autores Associados, 1999.

De TOMMASI, L. Et AL. (orgs) **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

DOURADO, L. (org) **Financiamento da Educação Básica**. Campinas – SP: Autores Associados; Goiania – GO: editora da UFG, 1999.

DUARTE, M. R. T. “**Limites à educação básica: expansão do atendimento e relação federativa**”. In: OLIVEIRA, D. A. e DUARTE, M. R. T. (orgs). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4ª Ed. São Paulo: Córteg, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Uma só escola para todos**. Petrópolis: Vozes, 1990

KRAWCZYK, N. Et al. (orgs). O Cenário Educacional Latino Americano no Limiar do Século XXI: reformas em debate. Campinas – SP: Autores associados, 2000.

MEJÍA JÍMENEZ, Marco Raúl. **Educación Popular. História – actualidad – proyecciones**. Santa Cruz de La Sierra – Bolívia: Unicruz, Aipe, Ceaal, 1993.

Morais, Regis. **Entre a educação e a Bárbarie**. Campinas: Papyrus, 1983.

MONLEVADE, J. A. C. de. “**Financiamento da Educação na Constituição Federal**”. In: OLIVEIRA, D. A. Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, R. P. de (org) **Política Educacional: impasse e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, R. P. de. “**Sobre a necessidade do controle social no financiamento da Educação**”. In: OLIVEIRA, D. A. e DUARTE, M. R. T. (orgs). **Políticas e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 1999.

VIEIRA, S. F. “**Políticas Internacionais e educação: cooperação ou intervenção?**”. In: DOURADO, L. F. e PARO, V. H. **Políticas Públicas e Educação Básica (orgs)**. São Paulo: Xamã, 2001.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas – SP: Autores Associados, 1997.

SANTOS, M. R. S. dos. “**A Política de financiamento da educação básica no Brasil: apontamento para o debate**”. In: OLIVEIRA, D. A. e DUARTE, M. R. T. (orgs). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 1999.

TOSCHI, M. S. “A Nova LDB”. LDB comentada. ADUFG, Jan, 1997.

FNDE, Módulo FUNDEB Formação pela Escola

Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos.

SITIOS

WWW.fnde.gov.br, acessado em 07/09/11

WWW.mec.gov.br, acessado em 05/09/11

WWW.esaf.org.br, acessado em 08/09/11

WWW.pt.wikipedia.com